

15 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

CNJ ordena reajuste automático para juízes

Tribunais estaduais não dependerão mais de aprovação de lei pelas Assembleias para aumentar os salários

Medida foi autorizada pelo conselho após publicação de mudança nos vencimentos de ministros do STF

FREDERICO VASCONCELOS
SÃO PAULO

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) determinou nesta terça (13) que os tribunais estaduais reajustem automaticamente o valor dos salários dos desembargadores e juízes, sem a necessidade de encaminhar projeto de lei para as Assembleias, quando houver mudança nos vencimentos do STF (Supremo Tribunal Federal).

A medida foi autorizada em caráter liminar (provisório) pelo conselheiro Gilberto Valente Martins, após a publicação do aumento sancionado pela presidente Dilma Rousseff dos subsídios dos ministros do STF.

“Isto é um avanço para a independência e autonomia do Judiciário, que fica menos vulnerável às interferências de ordem política ou de outros Poderes”, disse Martins.

A liminar foi concedida após requerimento da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). A entidade quis evitar que os tribunais estaduais ficassem dependendo de leis estaduais posteriores, sem efeito retroativo, para conseguir aumentos de salário como o do STF neste ano.

Segundo a AMB, só dez Estados não contam com previsão legal para reajuste automático dos salários de seus juizes e desembargadores.

A decisão é desdobramento de entendimento dos demais conselheiros do CNJ, cuja maioria, durante a última sessão de 2014, acompanhou o relator Gilberto Martins.

Foram 10 votos, de um total de 15 conselheiros, favoráveis à mudança.

EFEITO CASCATA

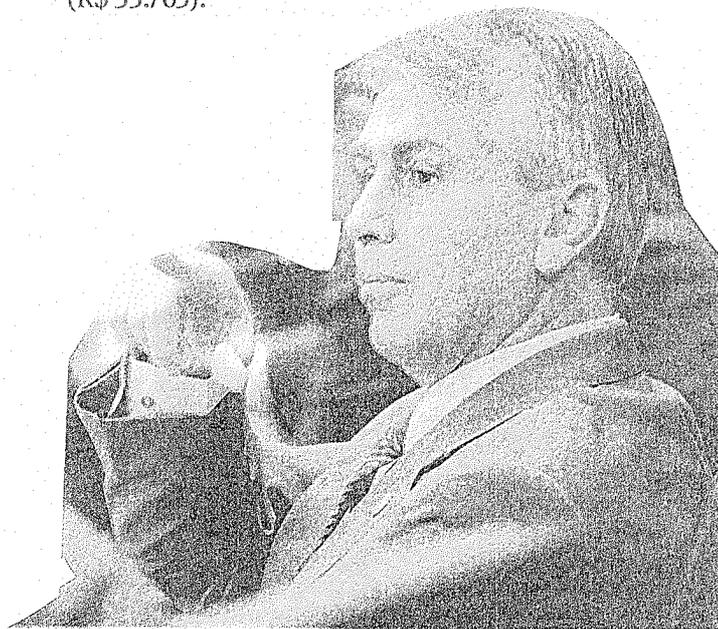
A AMB entendeu que a aprovação, no Congresso Nacional, do projeto de lei que aumenta os salários do STF, resultou de negociação com o Executivo — ou seja, não havia dúvida de que o projeto seria sancionado.

Em 17 de dezembro, ficou aprovado que, em 2015, os ministros da mais alta corte do país receberiam cerca de 15% a mais que no ano anterior (R\$ 33.763).

Por isso, a associação requereu a antecipação dos efeitos do novo ato normativo do CNJ, observando o escalonamento vertical (hierarquia dos tribunais) e o mínimo de 5% e máximo de 10% de diferença salarial entre as categorias da estrutura judiciária.

Gilberto Martins concedeu a liminar em caráter de urgência, “determinando desde já aos Tribunais de Justiça a sua observância”.

O pedido da AMB será incluído na pauta da próxima sessão do CNJ para referendo — e, com a maioria dos votos definido, tornar-se definitivo.



O conselheiro Gilberto Valente Martins, relator da medida

15 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Custo Congresso

Ano novo, salários novos. Entraram em vigor na terça-feira (13) duas leis que aumentam o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República. Os servidores passarão a receber R\$ 33,7 mil.

Os diplomas haviam sido aprovados pelo Congresso em dezembro. Na mesma oportunidade, deputados e senadores aproveitaram para aumentar os seus próprios salários (de R\$ 26,7 mil desde 2011), equiparando-os aos dos membros do STF, e os da cúpula do Executivo, cujo valor chegará a R\$ 30,9 mil.

O impacto de tais medidas está longe de ser desprezível. O reajuste desencadeia um efeito cascata —nos salários de desembargadores, juízes, procuradores, promotores, deputados estaduais e vereadores— cujo valor é estimado em R\$ 3,8 bilhões aos cofres públicos.

No caso do Legislativo, cada um dos 594 parlamentares —513 deputados e 81 senadores— passará a custar R\$ 151 mil por mês, conforme levantamento desta **Folha**. Isso porque um congressista, vale lembrar, é ele e seus benefícios.

Na Câmara, além do vencimento reajustado em 26%, os deputados têm direito a auxílio-moradia

de R\$ 3.800, cota para atividade parlamentar, que varia de R\$ 27,9 mil a R\$ 41,6 mil, e verba de gabinete de R\$ 78 mil.

As benesses são similares para os senadores. Estes, contudo, têm direito, ademais, a carro com combustível custeado e gastos ilimitados com telefones celulares. O congressista brasileiro, não por acaso, é um dos mais caros do planeta.

Em resposta à reportagem, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), enviou carta ao “Painel do Leitor” defendendo algumas medidas tomadas para a contenção de gastos nos últimos dois anos no Legislativo federal.

O senador lista iniciativas como extinção do hospital do Senado; fixação de teto salarial; eliminação do 14º e do 15º salários que eram pagos aos congressistas; corte de uma função gratificada em cada gabinete. Segundo Renan, nesse período houve economia de R\$ 530 milhões na Casa presidida por ele.

São avanços, não há dúvida, dentro da pauta de reformas para melhorar as práticas perdulárias do Congresso. São também insuficientes —o custo do parlamentar brasileiro ainda está muito além dos serviços que presta ao país.

15 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

CABEÇA DE JUIZ

Ao marcar as primeiras audiências de julgamento dos envolvidos na Operação Lava Jato para fevereiro, o juiz federal Sergio Moro, que vai julgar os casos de corrupção na Petrobras, sinaliza que vai acelerar o processo e aplicar sentenças pesadas. Inclusive aos executivos apontados como corruptores e que concordaram em fazer a delação premiada.

CABEÇA DE JUIZ 2

É a avaliação de advogados que atuam no caso, diante da conduta do juiz, que, segundo um deles, tem se mostrado "tecnicamente competente e duro" em suas decisões até o momento. É uma incógnita como Moro julgará os réus que resolveram colaborar com a Justiça, já que a delação é acertada entre o Ministério Público e a parte, mas a sentença sempre caberá ao juiz. O temor é que ele isente as empresas e condene à prisão mesmo aqueles que fizeram acordo.

CANA DURA

Presos há mais de 60 dias, os 11 executivos que estão na carceragem da Polícia Federal em Curitiba (PR) vivem uma rotina que tem deixado alguns bem abalados psicologicamente. Apesar do tratamento cortês dos carcereiros, eles são submetidos a regras como a de ficar de cócoras contra a parede no fundo da cela, quando vão receber a bandeja de comida.

CANA DURA 2

Um dos mais abalados é Eduardo Leite, vice-presidente da Camargo Corrêa, que aguarda o julgamento do quarto habeas corpus, após três negativas para esperar o julgamento em liberdade ou em prisão domiciliar. O novo pedido será analisado pela ministra Laurita Vaz, do STJ. "A prisão preventiva virou antecipação de condenação", diz Antonio Mariz de Oliveira, advogado de Leite. "Parece uma forma de forçar a delação premiada. Uma tortura psicológica e moral."

15 JAN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Prisões de executivos completam dois meses

Advogados de defesa alegam 'abuso' e 'ilegalidade' nas decisões de juiz

Juristas não vêem exagero aparente nas detenções, mas ponderam que não conhecem os detalhes

DE SÃO PAULO
DE CURITIBA
DE BRASÍLIA

As prisões preventivas dos empresários detidos na Operação Lava Jato completaram dois meses nesta terça (13) sob forte crítica dos advogados de defesa, que alegam "abuso" e "ilegalidade" nas decisões do juiz Sergio Moro.

Advogados que não atuam no caso ouvidos pela **Folha**, porém, não vêem exagero aparente na extensão das prisões, mas ponderam que é necessário conhecer os detalhes do processo para avaliar se houve ou não excessos.

"A prisão preventiva é um instrumento muito útil em casos como este, de delação premiada, mas pode sim gerar abusos", explica o jurista Ives Gandra Martins. "Como não conheço os detalhes do caso, fica difícil avaliar o nível de arbitrariedade."

Desde o dia 13 de novembro, diversos executivos das principais empreiteiras do país cumprem prisão preven-

tiva em Curitiba. O argumento da justiça é que, soltos, os empresários poderiam fugir ou voltar a cometer práticas consideradas criminosas.

Advogado da construtora Mendes Júnior, Marcelo Leonardo diz que a prisão preventiva dos executivos desde novembro é "ilegal".

"O principal argumento do juiz era que as prisões evitariam a reiteração de práticas criminosas, mas a Petrobras suspendeu novos contratos e participação em novas licitações das 23 empreiteiras mencionadas na Lava Jato. Não existe a possibilidade de reiteração criminosa", afirma.

Alberto Toron, responsável pela defesa dos executivos da UTC Engenharia, segue a mesma linha e classifica a prisão preventiva como "absolutamente desnecessária". "A Petrobras notificou as empreiteiras para dizer que não vai mais contratá-las. Esse argumento, por si só, esvazia a necessidade de prisão preventiva", explica.

Em artigo à **Folha** em agosto do ano passado, Sergio Moro antecipa o que pode ser usado como justificativa para decisões que viria a tomar à frente da Lava Jato.

"Presentes evidências claras de crimes de corrupção, não se deve permitir o apelo em liberdade do condenado, salvo se o produto do crime tiver sido integralmente recuperado. Não é antecipação da pena, mas reflexão razoável de que, se o condenado mantém escondida fortuna ameaçada com o malfeito, o risco de fuga ou de nova ocultação do produto do crime é claro e atual", escreveu o juiz.

Especialista em direito criminal, Janaína Paschoal diz que "existem casos em que o sujeito fica preso preventivamente o processo inteiro, um ou dois anos. "Não dá para dizer que dois meses é um tempo descabido ou incomum."

O advogado Roberto Telhada, que defende a OAS, porém, diz que os argumentos que sustentam as prisões são genéricos, pois se baseiam na suposta possibilidade de os executivos voltarem a cometer crimes e na gravidade do caso. "Eles foram presos para que confessassem, esse que é a verdade", disse.

INSTÂNCIA SUPERIOR

A defesa das partes já entrou com pedidos de habeas corpus no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no STF (Supremo Tribunal Federal), que foram negados.

Isso porque, desde 2003, uma súmula do STF impede que pedidos de liberdade sejam analisados em tribunais superiores sem que tenham sido previamente resolvidos nas instâncias inferiores.

Apesar da regra, quando os ministros entendem que a prisão é flagrantemente ilegal, costumam conceder a liberdade, mesmo no caso em que instâncias são "puladas".

Um exemplo recente é o do ex-diretor da Petrobras Renato Duque. O ministro do STF Teori Zavascki considerou sua prisão irregular e, independentemente da súmula, determinou sua libertação já no início de dezembro.

Liminar determina reajuste de subsídio a magistrados

Segundo a decisão monocrática, os tribunais de Justiça devem estender o reajuste a inativos e pensionistas e também observar o escalonamento previsto no Artigo 93

Liminar do conselheiro Gilberto Martins, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou, que os tribunais de Justiça reajustem, imediatamente, o valor dos subsídios dos magistrados sem a necessidade de encaminhamento de projetos de lei às assembleias legislativas. Os reajustes devem ter como referência o valor do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi reajustado pela Lei 13.091, de 12 de janeiro de 2015, sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

A liminar foi concedida no Pedido de Providências 0006845-87.2014.2.00.0000, apresentado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e que tem como relator o conselheiro Gilberto Martins. Segundo a decisão monocrática, os tribunais de Justiça devem estender o reajuste a inativos e pensionistas e também observar o escalonamento previsto no Artigo 93, V, da Constituição Federal.

No Pedido de Providências, a AMB requereu a antecipação dos efeitos da norma do Parágrafo Único a ser acrescido ao Artigo 11 da Resolução CNJ n. 13/2006.

Esse parágrafo, cujo acréscimo foi aprovado parcialmente pelo Plenário do CNJ em sessão ordinária de 16 de dezembro de 2014, diz: “Alterado, por lei federal, o valor do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, os Tribunais de Justiça o adotarão, imediatamente, a contar de sua vigência para a magistratura da União, como referência para fins de pagamento do subsídio aos membros da magistratura estadual, extensivo a inativos e pensionistas, observado o escalonamento previsto no artigo 93, V, da CF”.

Na sessão ordinária de 16 de dezembro votaram pela inserção do parágrafo único nove dos 15 conselheiros do CNJ, incluindo o relator Gilberto Martins. Três conselheiros pediram vista do processo, com o objetivo de analisá-lo com mais profundidade: Paulo Teixeira, Gisela Gondin e Fabiano Silveira. A votação da matéria deve ser concluída na próxima sessão ordinária do CNJ, prevista para 3 de fevereiro.

A AMB requereu a antecipação dos efeitos do parágrafo único alegando o risco de, no caso

de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) ocorrer em fevereiro, os tribunais entenderem ser necessário o envio de projeto de lei aos legislativos estaduais, sem considerar o caráter retroativo do reajuste.

“A decisão de antecipar os efeitos do novo Parágrafo Único tem previsão constitucional, porque alguns tribunais costumam encaminhar projetos de lei às assembleias legislativas mesmo diante da obrigação constitucional de reajustar o subsídio dos magistrados tendo como referência o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal. Do ponto de vista político essa decisão também é muito importante, pois ela torna o Judiciário menos permeável a questões de ordem política nas discussões com os executivos e os legislativos estaduais”, afirmou o conselheiro Gilberto Martins.

15 JAN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ – INSTITUIÇÃO PARCEIRA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA EMPREGA DETENTOS NA CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES

O Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), obteve mais um avanço na estratégia de reinserção social de egressos do sistema carcerário: o Instituto Liberty, um dos principais parceiros do programa, firmou contrato com a Companhia de Habitação Popular (Cohab) de Campinas (SP) para empregar cumpridores de pena do regime aberto na construção de casas para a população de baixa renda.

do nosso esforço para garantir trabalho e renda lícita para pessoas que querem reconstruir a vida com dignidade. Ao mesmo tempo, a parceria com a Cohab previne a violência e permite que a população de baixa renda tenha uma casa para morar”, destacou Marcos Silveira, coordenador do Liberty, que funciona em Campinas e em Brasília e recebeu, em 2010, o Selo do Começar de Novo, conferido pelo CNJ em reconhecimento ao trabalho desenvolvido.

“Esta é mais uma vitória

C. FED. – CÂMARA PODE VOLTAR A DISCUTIR INTERNAÇÃO MAIS LONGA PARA ADOLESCENTE INFRATOR

A proposta que aumenta o tempo máximo de internação de menores de 18 anos que cometerem crimes hediondos poderá voltar a ser discutida caso algum parlamentar eleito para a próxima legislatura, que começa no dia 1º de fevereiro, decida reapresentá-lo em até 180 dias após a posse. Trata-se do Projeto de Lei (PL) 5454/13, que será arquivado por não ter sido votado até o fim do ano passado.

Salvo algumas exceções, as propostas não analisadas são arquivadas ao fim da legislatura. O PL 5454/13 estava em análise conjunta com outras 19 propostas por uma comissão especial encarregada de propor mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90). Como a comissão especial não chegou a um texto consensual sobre os projetos, também deixará de existir com o fim da legislatura, precisando ser novamente criada.

TRF4 – GRUPO DE ESTUDANTES NORTE-AMERICANOS VISITA O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

O corregedor regional da Justiça Federal da 4ª Região, desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz, recebeu ontem (13/1), na sede do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), um grupo de estudantes de graduação da Mays Business School, escola de negócios da Texas A&M University, localizada em College Station, nos Estados Unidos. Os alunos estão participando de um programa internacional, o Global Citizenship, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS).

O grupo veio acompanhado pela professora Miriam Schaeffer, da escola de Direito da Unisinos, e por alunos voluntários da universidade. Durante a visita, o corregedor apresentou a estrutura e o funcionamento da Justiça Federal da 4ª Região, explicando ainda os tipos de ações que são julgadas pelo tribunal.

Em 2014, entraram no tribunal 127.167 ações e, no mesmo período, julgamos mais de 116 mil processos” contou Brum Vaz, dando uma ideia aos estudantes do trabalho realizado pelo TRF4.

15 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Reajuste acelerado

Os juízes brasileiros passam a ter reajustes imediatos de subsídios determinados pelos Tribunais de Justiça dos Estados, sem a necessidade de aprovação de projeto de lei pelas assembleias legislativas, mas apenas acompanhando os aumentos dos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF). A determinação consta em liminar concedida anteontem pelo conselheiro Gilberto Martins, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em pedido de providências protocolado pela Associação dos Magistrados Brasileiros.

Aumento concedido

Vale lembrar que o reajuste de 14,5% nos subsídios dos ministros do STF aprovado em dezembro passado com os aumentos de deputados, senadores e da presidente da república, foi publicado também anteontem no Diário Oficial da União e tem efeito retroativo a 1º de janeiro deste ano. Com isso, seus salários, tomados como base para o teto do funcionalismo público, pulou de R\$ 29.462,25 para R\$ 33.763 – o pedido inicial era de R\$ 35,9 mil.

15 JAN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Colli será julgado outra vez em fevereiro

Guilherme Batista

Equipe Bonde

Londrina - O advogado Marcos Colli, já condenado a 282 anos de prisão por abusar sexualmente de crianças e adolescentes em Londrina, voltará a ser julgado no próximo mês. A audiência sobre o quinto processo no qual Colli é réu está marcada para o dia 11 de fevereiro. Na acusação em questão, o advogado é suspeito de estuprar duas meninas menores de 14 anos. Colli, ex-presidente do Partido Verde (PV) em Londrina e ex-assessor da Câmara de Vereadores, foi condenado por estupro de vulnerável e por filmar e fotografar as vítimas, menores de 14 anos, em poses pornográficas. Somando as quatro sentenças, o advogado já foi condenado a 282 anos e 10 dias de prisão e pagamento de 2.064 dias-multa, o que corresponde a R\$ 49.811,20.

O advogado chegou a responder pelos crimes preso em uma penitenciária de Londrina, mas foi transferido para Piraquara (RMC) por questões de segurança.

15 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ determina aumento imediato para magistrados

Uma liminar do Conselho Nacional de Justiça determinou que os tribunais de Justiça reajustem, imediatamente, o valor dos salários dos magistrados sem a necessidade de encaminhar projetos de lei às Assembleias de cada Estado.

CNJ determina aumento imediato para magistrados

Autonomia

“Essa decisão torna o Judiciário menos permeável a questões de ordem política com os Executivos e os Legislativos estaduais”

Gilberto Martins

CONSELHEIRO DO CNJ

Liminar do Conselho Nacional de Justiça prevê reajuste sem a obrigação de projetos de lei nas Assembleias Legislativas

Fausto Macedo

Julia Affonso

Um liminar do conselheiro Gilberto Martins, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou anteontem que os tribunais de Justiça do País reajustem, imediatamente, o valor dos subsídios dos magistrados sem a necessidade de encaminhamento de projetos de lei às Assembleias Legislativas de cada Estado. Os reajustes devem ter como referência o valor do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, reajustado e sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

A decisão atende representação da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O pedido visa a alteração de ato normativo “destinado a assegurar a eficácia máxima da norma constitucional contida no

artigo 93, inciso V, que estabelece escalonamento vertical a partir do subsídio dos ministros do STF, em face dos desembargadores dos Tribunais de Justiça, nos Estados que resistem à edição de lei destinada a tal finalidade”. A AMB buscava contornar a resistência de governos que, para evitar desequilíbrio fiscal, resistiam a corrigir os salários nas cortes estaduais após o aumento do teto constitucional.

Segundo o voto do conselheiro Gilberto Martins, relator do caso, os Tribunais de Justiça devem estender o reajuste a inativos e pensionistas. “Do ponto de vista político, essa decisão também é muito importante, pois ela torna o Judiciário menos permeável a questões de ordem política nas discussões com os Executivos e os Legislativos estaduais.”

Na representação, a AMB pediu a antecipação dos efeitos do parágrafo único acrescido em 16 de dezembro de 2014 ao artigo 11 da resolução CNJ 13/2006—a norma impõe que, “alterado, por lei federal, o valor do subsídio de mi-

nistro do STF, os Tribunais de Justiça o adotarão, imediatamente, a contar de sua vigência para a magistratura da União”.

Na sessão de 16 de dezembro, votaram pela inserção do parágrafo único 9 dos 15 conselheiros do CNJ, incluindo o relator. Três pediram vista do processo, com o objetivo de analisá-lo com mais profundidade: Paulo Teixeira, Gisela Gondin e Fabiano Silveira. A votação deve ser concluída na próxima sessão do conselho, prevista para 3 de fevereiro.

A AMB pediu a antecipação dos efeitos do parágrafo único alegando “risco de, no caso de sua publicação no *Diário da Justiça Eletrônico* ocorrer em fevereiro, os tribunais entenderem ser necessário o envio de projeto de lei aos Legislativos estaduais, sem considerar o caráter retroativo do reajuste”.

“A decisão de antecipar os efeitos do novo parágrafo único tem previsão constitucional, porque alguns tribunais costumam encaminhar projetos de lei às Assembleias Legislativas mesmo diante da obrigação constitucional de reajustar o subsídio dos magistrados tendo como referência o subsídio de ministro do STF”, observa Martins.

15 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza abre ação de Alckmin contra cartel dos trens

Magistrada da 4ª Vara da Fazenda da capital instaura processo de indenização após quase um ano e meio do pedido inicial feito pelo governo estadual

A Justiça de São Paulo determinou na semana passada a abertura de uma ação de indenização pedida pelo governo Geraldo Alckmin (PSDB) contra as empresas acusadas de formação de cartel e fraude de licitações no setor metroferroviário entre 1998 e 2008. Nesse período, o governo paulista esteve sob comando de Mário Covas, José Serra e Alckmin – todos do PSDB. A partir de agora, as multinacionais citadas no caso respondem ao processo sob condição de rés.

Ao todo, 15 empresas vão responder ao processo: Siemens, Siemens AG (Alemanha), Alstom Brasil, Alstom Transport (França), CAF do Brasil, CAF (Espanha), Bombardier, Tejofran, Mitsui, TTrans, Temoinsa, MGE, Balfour Beatty, Iesa e MPE. As empresas acusadas negam participação em irregularidades.

A abertura da ação foi revelada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*. A juíza da 4ª Vara da Fazenda da capital, Celina Kiyomi Toyoshima, voltou atrás de uma decisão tomada em 2013 de exigir que o governo Alckmin detalhasse melhor o pedido de ressarcimento aos cofres públicos.

A primeira versão da ação foi apresentada em agosto de 2013. Em novembro, em seu despacho, a magistrada apontou que o governo não indicava os prejuízos causados pelas empresas, além de citar apenas a multinacional alemã Siemens, apontada pelo governo como ré confessa no caso.

A empresa foi a primeira a admitir a existência do cartel ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

Indenização

“O conteúdo (valor da indenização) poderá ser apurado no curso do processo ou em liquidação de sentença”

Celina Kiyomi Toyoshima

JUÍZA DA 4ª VARA DA FAZENDA DE SP

em julho de 2013, em acordo de leniência com o órgão antitruste do governo federal. Na época, promotores criticaram a versão inicial, que, segundo eles, tentava criar “um cartel de uma empresa só”. A formação de cartel é caracterizada quando um grupo de empresas age em conjunto para combinar valores e resultados de uma concorrência.

Em abril do ano passado, a juíza voltou a pedir que o Estado indicasse os prejuízos resultantes da fraude praticada pelas empresas. O governo paulista continuou a apresentar uma estimativa de dano financeiro ao erário.

‘Imprecisão’. A juíza decidiu dar prosseguimento ao processo diante da insistência do governo paulista em não enviar o cálculo do prejuízo aos cofres estaduais. “Insta consignar que a imprecisão do valor da causa não torna inepta a inicial. O conteúdo poderá ser apurado no curso do processo ou em liquidação de sentença”, escreveu Celina no seu despacho.

Apesar da abertura da ação, a juíza diz que as manifestações feitas pelo governo não são claras para fundamentar as fraudes das quais as empresas são acusadas.

“Frise-se que a forma genérica de descrição persiste nas emendas, quiçá diante da dificuldade de quantificação do dano e da participação exata de cada réu incluído no polo passivo, porém, não a ponto de propiciar o indeferimento da inicial”, disse a juíza Celina.

As empresas serão agora notificadas sobre a decisão e convocadas a se manifestar. Em seguida, o processo será encaminhado ao Ministério Público, onde vai aguardar parecer dos promotores. Após isso, o processo retorna à 4ª Vara da Fazenda, onde será julgado. A ação que pede que as empresas do cartel indenizem o governo tramita em segredo de Justiça.

Ação civil pública. Em dezembro de 2014, a Promotoria moveu uma ação civil pública pedindo que 11 empresas acusadas de formação de cartel devolvessem R\$ 418,3 milhões ao Estado por supostas irregularidades em contratos de manutenção de trens celebrados pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos entre 2001 e 2002. Além disso, o Ministério Público Estadual também pediu a dissolução das empresas mencionadas na ação. As empresas acusadas recorreram.

15 JAN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz decreta preventiva de policiais de Nilópolis

O juiz Glauber Bitencourt Soares da Costa, da 1.ª Vara Criminal de Nilópolis, na Baixada Fluminense, decretou ontem a prisão preventiva dos dois PMs envolvidos na abordagem que resultou na morte de Haísa Vargas Motta, de 22 anos, em agosto de 2014. O soldado Marcio José Watterlor Alves e o cabo Delviro Anderson Moreira Ferreira são acusados de homicídio duplamente qualificado – por motivo fútil e recurso que dificulta ou impossibilita a defesa da vítima. Segundo o juiz, o objetivo das prisões é preservar a segurança de testemunhas do processo.

15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Liminar do CNJ institui 'gatilho salarial' a juízes

O conselheiro Gilberto Martins, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determinou que os tribunais de Justiça reajustem imediatamente o valor dos salários dos juízes sem necessidade de encaminhamento de projetos de lei às Assembleias Legislativas. A liminar que institui o "gatilho salarial" foi concedida na terça-feira. Os reajustes devem ter como referência o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — a lei que reajusta o valor em 14,5% foi sancionada na terça-feira pela presidente Dilma Rousseff.

A partir de 1º de janeiro, o salário dos ministros do STF foi elevado para R\$ 33,7 mil (antes, era de R\$ 29,4 mil). O percentual deve ser aplicado em todos os tribunais do país. Dilma também sancionou a lei que eleva o salário do procurador-geral da República para o mesmo valor.

A decisão de Gilberto Martins foi tomada com base no princípio da isonomia dos salários, previsto na Constituição Federal, a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O reajuste deve ser estendido aos inativos e pensionistas.

Segundo o CNJ, Martins deu a atender que a decisão livra as assembleias estaduais de possíveis pressões políticas. "Do ponto de vista político essa decisão também é muito importante, pois ela torna o Judiciário menos permeável a questões de ordem política nas discussões com os Executivos e os Legislativos estaduais".

R\$ 33,7 MIL

é o novo salário de um ministro do STF. Antes do reajuste, o salário era de R\$ 29,4 mil.

Efeito cascata

O reajuste para os ministros do STF foi aprovado no dia 17 de dezembro de 2014 pelos deputados federais. O aumento foi automático para governadores, vices, secretários estaduais, membros do Ministério Público e conselheiros do Tribunal de Contas. Os deputados estaduais também ganharam aumento, com base no reajuste dos salários dos deputados federais. Os reajustes custarão cerca de R\$ 56 milhões ao Paraná em 2015.

O salário dos deputados estaduais passou para R\$ 25,2 mil (era de R\$ 20,4 mil), o que vai custar R\$ 3,1 milhões a mais para a Assembleia Legislativa neste ano. No governo do estado, os reajustes custarão R\$ 773,5 mil a mais, levando-se em conta os reajustes do governador Beto Richa, da vice Cida Borghetti e dos secretários. O salário de Richa vai passar de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,8 mil.

No Judiciário, 73 juízes federais que atuam no Paraná passarão a receber R\$ 28,9 mil. Os 27 desembargadores federais que atuam no estado receberão R\$ 30,4 mil cada. Na esfera da Justiça estadual, o salário dos 717 juízes vai subir para R\$ 28,9 mil; os vencimentos dos 36 juízes substitutos passarão a ser de R\$ 27,8 mil e os 118 desembargadores passarão a receber R\$ 30,4 mil. O levantamento foi realizado apenas com base nos salários brutos.

15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

OLIMAYAO

Insignificância1

O deputado Ademar Traiano (PSDB), líder do governo nos últimos quatro anos, será seguramente guindado à presidência da Assembleia. O parlamentar carregará para o cargo a mancha de ter sido incluído na lista de meia dúzia (dentre os mais de mil candidatos que concorreram às últimas eleições no Paraná) a ter suas contas de campanha desaprovadas pelo TRE. Foram levantados indícios de movimentações heterodoxas na contabilidade do deputado e que caracterizariam "caixa 2".

Insignificância2

Segundo a ementa do Acórdão nº 49.218 do TRE, a desaprovação das contas de Traiano foi decidida em razão de um "conjunto de irregularidades que afastam a aplicação do princípio da insignificância". Para que fossem investigados os indícios supostamente delituosos, o Ministério Público Eleitoral foi acionado. No entanto, o procurador Alessandro Oliveira discordou dos juízes. Segundo ele, as irregularidades não eram tão significativas a ponto de "ensejar a cassação do deputado estadual" – pena que poderia alcançar o futuro presidente da Assembleia, a quem, a partir de fevereiro, competirá continuar a tarefa moralizadora que seu antecessor, Valdir Rossoni, inaugurou há quatro anos.

15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Posse no TC

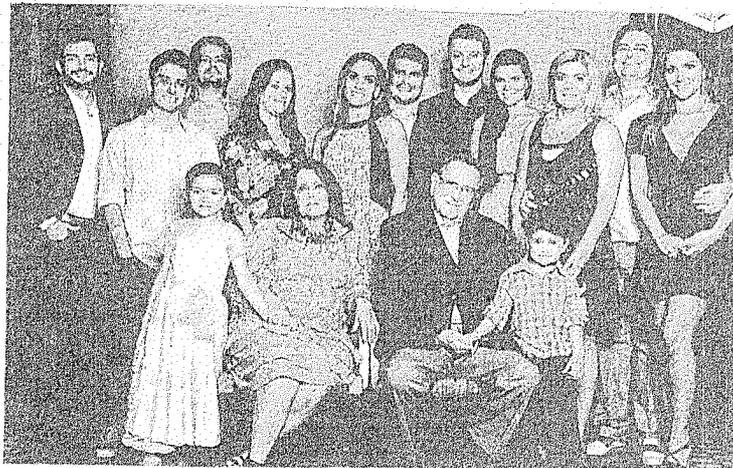
Ivan Bonilha toma posse hoje na presidência do Tribunal de Contas do Paraná (TC). Além dele, serão empossados o vice-presidente, Ivens Linhares, e o corregedor-geral, Durval Amaral.

15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

O magistrado paranaense
Hermes Ribeiro da Fonseca,
com a esposa Ana Márcia,
no centro da foto,
comemorou Bodas de Ouro
com toda a família: filhos,
netos e noras, durante
cruzeiro em navio italiano.



15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

Acusados no "caso Jandira" ganham liberdade

Agência O Globo

Principal suspeito de ter realizado o aborto que resultou na morte da auxiliar administrativa Jandira Magdalena dos Santos Cruz, em agosto passado, o médico Carlos Eduardo de Souza Pinto e dois outros integrantes da quadrilha que atuava em Campo Grande, na Zona Oeste, foram colocados em liberdade graças a um *habeas corpus* concedido pelo ministro Marco Aurélio de Melo, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A concessão foi publicada pelo STF em dezembro passado. O *habeas corpus* foi concedido em favor de Rosemere Aparecida Ferreira e de seu ex-marido, o policial civil Edilson dos Santos. O ministro também estendeu o benefício ao médico.

Rosemere era a responsável pela clínica clandestina e o policial fazia a segurança.

Jandira desapareceu no dia 26 de agosto passado depois de sair de casa para fazer um aborto. Dias depois, o corpo da jovem foi encontrado carbonizado dentro de um carro, em Guaratiba, na Zona Oeste.

Justiça condena médicos envolvidos na máfia das próteses

A Justiça Federal no Rio Grande do Sul condenou sete pessoas por improbidade administrativa no Setor de Órteses e Próteses do Hospital Cristo Redentor, em Porto Alegre. Com a decisão, dois médicos, três servidores públicos e dois empresários terão de devolver mais de R\$ 5 milhões aos cofres públicos. A fraude foi descoberta em 2002, mas o processo iniciou em 2005. O MPF acusou os envolvidos de lucrarem ilegalmente com colocação de próteses.

Ex-diretor da Petrobras presta depoimento hoje

15 JAN 2015

Advogado de Cerveró afirma que o ex-diretor não vai falar sobre acusação de corrupção e lavagem de dinheiro

| Kelli Kadanus e Amanda Audi

O depoimento do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró à Justiça está marcado para às 9 horas de hoje. De acordo com o seu advogado, Edson Ribeiro, Cerveró deverá falar somente sobre os motivos que levaram à sua prisão. A expectativa é que ele opte por não falar, no momento, sobre acusações de corrupção e lavagem de dinheiro da Petrobras das quais é acusado.

Pouco logo após a prisão de Cerveró, o advogado havia dito que seu cliente iria ficar calado no depoimento. "Desde o dia 1.º de abril de 2014, eu apresentei o Nestor Cerveró à Polícia Federal [PF] e ao Ministério Público Federal [MPF] para prestar depoimento. Nenhum dos órgãos o ouviu", disse Ribeiro ontem pela manhã. Porém, ao fim do dia mudou de posição após ter tido acesso à denúncia do MPF que motivou a detenção.

O advogado disse ainda que também ficará de fora do depoimento de Cerveró o suposto acordo que o ex-diretor da Petrobras teria com políticos do PMDB. Segundo as investigações, parte dos desvios de contratos da diretoria que comandava seria repas-

BOLETIM MÉDICO

Executivo da Mendes Júnior é internado

Reprodução



Mendes: pedra no rim.

| Amanda Audi

Preso na carceragem da Polícia Federal (PF) desde novembro, o vice-presidente executivo da empreiteira Mendes Júnior, Sérgio Cunha Mendes, foi internado no Hospital Santa Cruz, em Curitiba, no fim da tarde de on-

sada à sigla por meio do lobista Fernando Baiano.

Como essa parte do processo envolve autoridades com foro privilegiado, deverá ser analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nova investigação

O juiz federal Marcos Josegredi da Silva, do Paraná, determinou que a Polícia Federal do Paraná inicie um novo procedimento investigatório focado apenas nos crimes de ocultação de patrimônio que Cerveró teria cometido.

tem. Ele deverá passar por uma cirurgia hoje para remover uma pedra nos rim. Mendes foi socorrido pelo Samu após relatar fortes dores abdominais desde o último sábado. A primeira suspeita era de crise de apendicite. O executivo foi primeiramente atendido por um médico do pronto-socorro do hospital, às 17h20, e depois encaminhado ao urologista Ary Adami Jr. No consultório, o especialista diz que exame de imagem mostrou um cálculo (pedra) de 1,5 centímetro. "Dessa forma, existe necessidade de tratamento cirúrgico, sendo necessário internamento por tempo indeterminado", escreveu. Antes do laudo, a juíza federal Gabriela Hardt pediu detalhes sobre o estado de saúde do executivo para determinar quanto tempo ele poderia ficar no hospital. A defesa de Mendes requereu à Justiça a permissão para que ele continuasse internado até a alta médica. Até às 20h30 de ontem, a juíza ainda não havia respondido ao pedido.

O ex-diretor já é réu em ação que apura corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Cerveró teria recebido parte de propina de R\$ 104 milhões pela compra de dois navios-sonda da multinacional Samsung Heavy Industries. A denúncia foi aceita pelo juiz Sérgio Moro em dezembro do ano passado. Na mesma ação responde o lobista Fernando Baiano, supostamente ligado ao PMDB.

CONTINUA

15 JAN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Verba desviada pelo esquema pode ultrapassar R\$ 73 bilhões

As investigações da Polícia Federal (PF) sobre o escândalo que envolve a Petrobras podem encontrar o maior esquema de lavagem de dinheiro já registrado no país e apontam para suspeitas de participação de outras multinacionais, além das que já citadas (caso da Samsung Heavy Industries). Além disso, o valor desviado pelo esquema, inicialmente estimado em R\$ 10 bilhões, possivelmente será muito maior.

A delegada da PF Erika Marena diz que a quantidade de dinheiro envolvido provavelmente será maior do que os US\$ 28 bilhões (cerca de R\$ 73,3 bilhões) registrados em transferências ilícitas entre 2003 e 2007 no caso Banestado, até hoje considerado o maior esquema de lavagem de dinheiro no Brasil.

“Se você for considerar o valor investigado, o valor da obra da Petrobras, com certeza o potencial da investigação é ultrapassar em muito esse valor”, afirma Erika.

A Polícia Federal está trabalhando em meio a pilhas de documentos, incluindo uma lista de 750 projetos de infraestrutura que podem ter tido fundos desviados para contas bancárias no exterior, enriquecendo executivos, políticos e partidos.

Cerveró é preso e depõe hoje à Polícia Federal

Lava Jato. Ex-diretor da Petrobras foi detido por tentar transferir R\$ 500 mil à filha e repassar imóveis à família com recursos suspeitos

Está marcado para a manhã de hoje o depoimento do ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, à PF (Polícia Federal) em Curitiba. Segundo o advogado Edson Ribeiro, que defende Cerveró, ele falará livremente sobre "todos os assuntos a que a defesa já tem conhecimento".

O ex-diretor foi preso no início da madrugada de ontem ao desembarcar no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, vindo de Londres. Pela manhã, foi levado à sede da PF na capital paranaense. Ele está detido junto com outros 13 presos, incluindo 11 ligados a empreiteiras investigadas na Lava Jato.

O ex-diretor da estatal é suspeito de ter recebido, com mais três denunciados, um total de US\$ 40 milhões (R\$ 104 milhões) em propinas quando a Petrobras contratou dois navios-sonda no exterior, em 2006 e 2007.

No dia 15 de dezembro, ele foi denunciado pelo MPF e se tornou réu em um processo, mas continuou em liberdade e passou as festas de fim de ano com a família da esposa, na Europa.

"Qualquer um [Cerveró ou Graça Foster] pode movimentar seu patrimônio. O que eu não compreendo é porque o MPF entende que para o Nestor é crime, e para a Graça não é crime."

EDSON RIBEIRO, ADVOGADO DE CERVERÓ, SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS DE IMÓVEIS

Prisão

Cerveró foi preso após o MPF coletar "fortes indícios" de ocultação de bens. Em 16 de dezembro, um dia após ser denunciado, ele tentou resgatar R\$ 463 mil de um fundo de previdência privada para transferir o dinheiro à filha, segundo o MPF, mesmo sabendo que perderia mais de 20% do valor ao fazer a retirada.

Além disso, os procuradores apontam que Cerveró transferiu a familiares, no primeiro semestre de 2014, três imóveis valendo mais de R\$ 7 milhões. Esta movimentação foi declarada por R\$ 560 mil, diz o MPF.

Uma investigação da PF, segundo a "Folha de S. Paulo", aponta que Cerveró adquiriu nove imóveis no Estado do Rio de Janeiro, somando um total de R\$ 1,82 milhão.

As compras, sendo cinco à vista e quatro a prazo, teriam sido feitas entre 2003 e 2012. Ele se manteve na Petrobras até março de 2014.

Sobre a tentativa de repassar quase meio milhão de reais à filha, a defesa de Cerveró alegou que ela é doente e o dinheiro seria depositado como garantia para alguma emergência, mas isso não chegou a acontecer.

A respeito das transferências de apartamentos, Ribeiro negou qualquer ilegalidade. "As condições de ambos [Cerveró e Graça] são legais. Foi movimentação imobiliária quando não havia restrição administrativa ou judicial. Mas não compreendo porque apenas Cerveró foi preso", argumentou.



RAFAEL NEVES
METRO CURITIBA

R\$ 104

milhões no câmbio atual (US\$ 40 milhões) é quanto teria sido pago de propina a Cerveró, Fernando "Baiano" e Júlio Camargo, durante a compra de dois navios-sonda no exterior

R\$ 463

mil é quanto Cerveró tentou retirar de um fundo de previdência, um dia após ser denunciado. A defesa diz que ele quis transferir o dinheiro à filha, com problemas de saúde.

US\$ 792

milhões foi o prejuízo que a Petrobras teve no caso da refinaria de Pasadena, nos EUA, no qual Cerveró foi considerado um dos responsáveis, segundo o Tribunal de Contas da União.

15 JAN 2015

METRO

Magistrados terão reajuste automático, decide CNJ

A partir de fevereiro, juizes e magistrados receberão reajuste automático nos contracheques, sem a necessidade da aprovação de uma lei estadual concedendo o aumento salarial. Um decisão provisória do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) repassa à categoria a correção de 14,9% obtida pelos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) por meio de lei aprovada pelo Congresso e sancionada anteontem pela presidente Dilma Rousseff.

A concessão automática foi autorizada pelo conselheiro Gilberto Martins, que, em resposta a um pedido feito pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), disse que o direito a aumento é garantido pela Constituição.

O valor é escalonado de acordo com a função. Os ministros de tribunais superiores recebem o equivalente a 95% do teto do funcionalismo público, que é o valor pago aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e ao procurador-geral da República. O mesmo índice é aplicada para o cálculo dos salários de desembargadores. Os juizes de primeira instância recebem 95% do vencimento da função acima. O reajuste é válido para servidores estaduais, aposentados e pensionistas.

O CNJ quer tornar uma regra a concessão do reajuste automático no Poder Judiciário, mas a discussão ainda não foi conclusiva e deverá ser retomada em fevereiro. METRO BRASÍLIA

Novo contracheque

R\$ 33,7 mil

Ministros do STF e
procurador-geral da República

R\$ 32 mil

Ministros de tribunais
superiores

R\$ 30,4 mil

Desembargadores dos
tribunais de justiça

R\$ 28,9 mil

Juizes de justiça de primeira
instância

15 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

CNJ autoriza aumento para juizes sem lei estadual



Em atendimento a um pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros, o conselheiro Gilberto Martins, membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), autorizou os Tribunais de Justiça estaduais (TJs) a concederem aumento para os desembargadores e juizes sem necessidade de enviar um projeto de lei as respectivas Assembleias Legislativas para aprová-lo.

A decisão, proferida nesta terça-feira (13), é baseada na lei federal, sancionada pela presidente Dilma Rousseff no mesmo dia, que eleva o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal de R\$ 29,4 mil para R\$ 33,7 mil em 2015. ■

15 JAN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça condena médicos por envolvimento com máfia das próteses



A Justiça Federal no Rio Grande do Sul condenou sete pessoas pelo crime de improbidade administrativa no Setor de Órteses e Próteses do Hospital Cristo Redentor, em Porto Alegre. Com a decisão, dois médicos, três servidores públicos e dois empresários terão de devolver mais de R\$ 5 milhões aos cofres públicos.

A fraude foi descoberta em 2002, mas o processo foi iniciado apenas em 2005. O Ministério Público Federal (MPF) acusou os envolvidos de lucrarem ilegalmente com a colocação de próteses.

Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), informou nesta quarta-feira (14) que, por conta do sigilo do processo, não é possível precisar a data da sentença. De acordo com a assessoria, como a decisão é em primeira instância ainda cabe recurso. ■

15 JAN 2015

BEMPARANÁ

Gatilho

Uma liminar do conselheiro Gilberto Martins, do Conselho Nacional de Justiça, determinou na terça-feira que os tribunais de Justiça do País reajustem, imediatamente, o valor dos salários dos magistrados sem a necessidade de encaminhamento de projetos de lei às assembleias legislativas de cada estado. Os reajustes devem ter como referência o valor do subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, reajustado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

Influência

A decisão foi concedida no Pedido de Providências apresentado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, mais importante e influente entidade de classe dos juizes. O relator é o conselheiro Gilberto Martins. Segundo a decisão de Martins, os tribunais de Justiça devem estender o reajuste a inativos e pensionistas e também observar o escalonamento previsto na Constituição. "Do ponto de vista político essa decisão também é muito importante, pois ela torna o Judiciário menos permeável a questões de ordem política nas discussões com os executivos e os legislativos estaduais", afirmou o conselheiro Gilberto Martins.

Posse

O conselheiro Ivan Bonilha tomará posse na Presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) hoje, às 15 horas. Bonilha comandará a corte de contas no biênio 2015-2016. Na mesma sessão do Tribunal Pleno, serão empossados o vice-presidente, conselheiro Ivens Linhares, e o corregedor-geral, conselheiro Durval Amaral.